

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	13
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC.).....	13
→ ACENTUAÇÃO	13
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO.....	14
→ CONJUGAÇÃO, RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	14
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	17
→ PRONOMES PESSOAIS	18
→ PRONOMES DE TRATAMENTO	18
→ ADVÉRBIO	18
→ PREPOSIÇÃO.....	20
→ CONJUNÇÃO	21
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	25
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	27
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	31
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	34
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS.....	36
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.).....	37
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	41
→ CRASE	45
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	47
→ COERÊNCIA E COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES – PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.)	51
→ PARTÍCULA “SE”	56
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	57
→ REESCRITA DE FRASES E SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	83
 INFORMÁTICA	 87
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	87
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	87

→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	88
→ WINDOWS 7.....	88
→ WINDOWS 10.....	91
→ LINUX / UNIX	92
→ WORD 2010	92
→ WORD 2016.....	94
→ EXCEL 2010.....	95
→ EXCEL 2016.....	97
→ POWERPOINT 2010	100
→ ACCESS 2010	100
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	101
→ PROTOCOLOS DE REDES	101
→ CONCEITOS DE INTERNET	101
→ INTERNET EXPLORER	101
→ GOOGLE CHROME.....	102
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	103
→ OUTLOOK 2010	103
→ WEBMAILS.....	105
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	105
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	105
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	105
→ DEMAIS RECURSOS (IDS, VPN, ETC.).....	106

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO 107

→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS	107
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	107
→ DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	107
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	107
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	108
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO ETC.).....	108
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	109
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	109
→ NÚMEROS IRRACIONAIS	109
→ PORCENTAGEM.....	110
→ PROPORÇÕES, GRANDEZAS PROPORCIONAIS E DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	110
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	111
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	112
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC.).....	113
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	113
→ EQUAÇÕES EXPONENCIAIS	114

→ OUTRAS EQUAÇÕES.....	114
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	114
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU.....	114
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO	115
→ MATRIZES	115
→ CONGRUÊNCIA E SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS. RAZÃO DE SEMELHANÇA.....	115
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS ETC.).....	115
→ ÁREA E PERÍMETRO DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	116
→ GEOMETRIA ESPACIAL	117
→ EQUIVALÊNCIA DE CAPITALS	117
→ PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS.....	117
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	118
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	118
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	118
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	119
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	120
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	120
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	121
→ EXERCÍCIOS DE "VERDADE/MENTIRA"	122
→ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	122
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS	123
→ PRINCÍPIO DA CASA DOS POMBOS.....	123
→ OUTROS EXERCÍCIOS DE LÓGICA	124
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	124
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO E TEMPO	124

QUÍMICA127

→ TABELA PERIÓDICA E PROPRIEDADES PERIÓDICAS	127
→ LIGAÇÕES QUÍMICAS	127
→ GEOMETRIA MOLECULAR, POLARIDADE E FORÇAS INTERMOLECULARES.....	127
→ CÁLCULO ESTEQUIOMÉTRICO	128
→ CONCENTRAÇÃO DE SOLUÇÕES, DILUIÇÃO E MISTURA DE SOLUÇÕES.....	129
→ SOLUÇÕES DE ELETRÓLITOS, PH E POH, HIDRÓLISE SALINA, SOLUÇÃO TAMPÃO E PRODUTO DE SOLUBILIDADE	129
→ ELETRÓLISE	130
→ REAÇÕES ORGÂNICAS	130
→ MÉTODOS VOLUMÉTRICOS E TITULOMÉTRICOS	130
→ LABORATÓRIOS (VIDRARIA, LIMPEZA, SEGURANÇA, AMOSTRAS, RESÍDUOS, ETC.).....	131

FARMÁCIA 133

- NORMAS QUE REGEM LABORATÓRIOS (RDC Nº 302 E OUTRAS) 133
- MICROBIOLOGIA 134
- INSTRUMENTAÇÃO LABORATORIAL, VIDRARIAS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS, MICROSCOPIA E SUAS TÉCNICAS DE UTILIZAÇÃO..... 134

FÍSICA135

- INTRODUÇÃO (DEFINIÇÃO, RAMOS, NOTAÇÃO CIENTÍFICA, ETC.) 135
- CINEMÁTICA ESCALAR (MU, MUV, MOVIMENTO VERTICAL, DIAGRAMAS HORÁRIOS)..... 135
- DECOMPOSIÇÃO DE FORÇAS E PLANO INCLINADO 135
- ENERGIA CINÉTICA, POTENCIAL E MECÂNICA. TRABALHO E POTÊNCIA 135
- QUANTIDADE DE MOVIMENTO E IMPULSO. COLISÕES 136
- TEMPERATURA, CALOR, DILATAÇÃO TÉRMICA E A PRIMEIRA LEI DA TERMODINÂMICA 136
- A TEORIA CINÉTICA DOS GASES..... 136
- ONDAS..... 136
- CARGA, CORRENTE ELÉTRICA E CIRCUITO ELÉTRICOS SIMPLES E SEUS COMPONENTES 136
- FÍSICA EXPERIMENTAL (SEGURANÇA E TÉCNICAS DE LABORATÓRIO, PRECISÃO DE INSTRUMENTOS ETC.)..... 137

BIOLOGIA E BIOMEDICINA 139

- ÁGUA..... 139
- ÁCIDOS NUCLEICOS 139
- TIPOS DE TRANSPORTE PELA MEMBRANA 139
- CITOESQUELETO 140
- ORGANELAS CITOPLASMÁTICAS 140
- REAÇÕES CATABÓLICAS 141
- NÚCLEO CELULAR 141
- CICLO CELULAR, MITOSE E MEIOSE 141
- TIPOS DE REPRODUÇÃO 141
- TECIDO SANGUÍNEO (HEMATOPOÉTICO)..... 141
- ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO 141
- ANEXOS EMBRIONÁRIOS..... 142
- MECANISMOS DE HERANÇA GENÉTICA..... 142
- HEREDOGRAMAS..... 142
- IMUNOGENÉTICA (GENÉTICA DE GRUPOS SANGUÍNEOS)..... 142
- CITOGENÉTICA 143
- BASES MOLECULARES DA HEREDITARIEDADE (REPLICAÇÃO, TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO)..... 143
- VIROSES 143
- CARACTERÍSTICAS DOS FUNGOS..... 143
- SISTEMA EXCRETOR 143

→ SISTEMA CARDIOVASCULAR.....	143
→ SISTEMA DIGESTÓRIO (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS).....	144
→ SISTEMA ENDÓCRINO (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS).....	144
→ SISTEMA ESQUELÉTICO (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS).....	144
→ SISTEMA EXCRETOR (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS).....	145
→ SISTEMA RESPIRATÓRIO (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS).....	145
→ HELMINTOS DE RELEVÂNCIA CLÍNICA	145
→ COMPONENTES DO SISTEMA IMUNOLÓGICO	145
→ IMUNOPATOLOGIA E DISTÚRBIOS IMUNOLÓGICOS.....	145
→ ENERGIA NOS ECOSSISTEMAS	146
→ TEORIAS EVOLUTIVAS	146
→ CICLOS BIOGEOQUÍMICOS	146

DIREITO CONSTITUCIONAL147

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/88).....	147
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/88).....	148
→ AÇÃO POPULAR	156
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/88).....	156
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	157
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	157
→ DOS SÍMBOLOS E IDIOMA DA REPÚBLICA (ART. 13 DA CF/88).....	158
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	158
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	158
→ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	158
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/88)	161
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART 144 DA CF/88).....	161
→ DO MEIO AMBIENTE (ART 225 DA CF/88).....	162
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/88)	162
→ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DA SEGURANÇA PÚBLICA (ARTS. 139 A 143 DA CE-SP).....	163

DIREITO ADMINISTRATIVO165

→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	165
→ ESTATUTO DOS SERVIDORES DE SÃO PAULO – PROVIMENTO, EXERCÍCIO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS (ARTS 11 A 86 DA LEI Nº 10.261/1968)	165
→ DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO (ARTS. 108 A 123 DA LEI Nº 10.261/1968).....	165
→ DA ESTABILIDADE (ARTS. 217 E 218 DA LEI Nº 10.261/1968).....	165
→ DA APOSENTADORIA (ARTS. 222 A 232 DA LEI Nº 10.261/1968)	165
→ DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES (ARTS. 241 A 244 DA LEI Nº 10.261/1968)	166
→ DAS PENALIDADES E DE SUA APLICAÇÃO (ARTS. 251 A 263 DA LEI Nº 10.261/1968).....	166
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 268 A 271 DA LEI Nº 10.261/1968).....	166

→ LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	166
→ DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011).....	166
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	166
→ LEGISLAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO	167

DIREITO PENAL 169

→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO	169
→ TENTATIVA (CRIME).....	169
→ ESTADO DE NECESSIDADE	169
→ EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO	169
→ IMPUTABILIDADE PENAL	169
→ DOS CRIMES CONTRA A VIDA – HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	169
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	170
→ INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP).....	170
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	171
→ DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO – DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	171
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	172
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP)	172
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	172
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP)	172
→ DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS (ARTS. 208 A 212 DO CP).....	173
→ DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA – MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP).....	173
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIAS (ART. 327 DO CP).....	173
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	173
→ MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES (313-B DO CP).....	174
→ EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS (ART.315 DO CP)	174
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	174
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	174
→ PREVARICAÇÃO (ART. 319 E 319-A DO CP).....	175
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	175
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	175

DIREITO PROCESSUAL PENAL 177

→ DO INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	177
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	177
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	178

DIREITOS HUMANOS.....179

- CONCEITO, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS 179
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH) 179
- FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS 180
- CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS..... 180

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL181

- DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS..... 181
- JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL – DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995) 181
- DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995) 181
- LEI Nº 9.434/1997 - TRANSPLANTE..... 182
- LEI Nº 9.503/1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CRIMES) 182
- DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006) 182
- LEI Nº 12.037/2009 - IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL 183

LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE.....185

- CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB – DO LICENCIAMENTO (ARTS. 130 E 135 DA LEI Nº 9.503/1997)..... 185
- HABILITAÇÃO (ARTS. 140 A 160) 185
- INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO CTB (ARTS. 161 A 255)..... 185
- DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS (ARTS. 269 A 279) 185
- SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO (RES. CONTRAN 160/2004 E 180/2005)..... 186
- SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (RES. CONTRAN Nº 160/2004 E 236/2007)..... 186
- PROCEDIMENTOS DE PORTARIA 186

CRIMINOLOGIA187

- CRIMINOLOGIA (CONCEITO, OBJETO, MÉTODO, FUNÇÃO, FINALIDADE)..... 187
- EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS (CLÁSSICA, POSITIVA, TERZA SCUOLA) 189
- TEORIAS CONSENSUAIS (ECOLOGIA CRIMINAL, ANOMIA E ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL) 189
- TEORIAS CONFLITUAIS (ETIQUETAMENTO E CRÍTICA OU RADICAL)..... 190
- FATORES DESENCADEANTES DA CRIMINALIDADE 191
- ESTATÍSTICAS CRIMINAIS (CIFRAS)..... 191
- PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE 191
- REAÇÃO AO DELITO (MODELOS CLÁSSICOS, RESSOCIALIZADOR E RESTAURADOR) 193
- VITIMOLOGIA 193
- CONTROLE DA CRIMINALIDADE..... 195

CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL197

→ CRIMINALÍSTICA (ASPECTOS GERAIS).....	197
→ LOCAIS DO CRIME.....	197
→ MEDICINA LEGAL (ASPECTOS GERAIS)	197
→ DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS.....	198
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM FÍSICA	198
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM MECÂNICA E BALÍSTICA FORENSE DE EFEITOS (LESÕES).....	198
→ TANATOLOGIA MÉDICO-LEGAL	198
→ ANTROPOLOGIA MÉDICO-LEGAL (IDENTIFICAÇÃO).....	199
→ ANATOMIA E NECROPSIA MÉDICO-LEGAL	201

SEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL.....203

→ LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 1979 – LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	203
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 1.151, DE 2011 – REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE POLICIAIS CIVIS DE SÃO PAULO - QSSP	203

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL.....205

→ LEI Nº 7.116, DE 1993 – CARTEIRAS DE IDENTIDADE	205
→ LEI Nº 9.454, DE 1997 – REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL	205

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/88)

1. (VUNESP – 2014) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- a) a Federação brasileira, os Estados e os Municípios.
- b) o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado.
- c) o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.
- d) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- e) o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos.

2. (VUNESP – 2014) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo, como um de seus fundamentos,

- a) a erradicação da pobreza em todos os níveis.
- b) os valores sociais do trabalho.
- c) o serviço militar obrigatório.
- d) o combate a todas as formas de discriminação de raças.
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. (VUNESP – 2014) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, possui, entre outros, o objetivo de

- a) cooperar com outros povos para o progresso da humanidade.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) combater a escravidão, a servidão e o tráfico de mulheres.
- d) buscar a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina.
- e) assegurar o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

4. (VUNESP – 2022) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, dentre outros:

- a) solução pacífica dos conflitos.
- b) independência nacional.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) repúdio ao terrorismo e ao racismo

5. (VUNESP – 2019) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento a

- a) independência nacional.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) autodeterminação dos povos.
- d) cidadania.
- e) defesa da paz.

6. (VUNESP – 2019) Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento, a

- a) construção de uma sociedade justa.
- b) independência dos Estados.
- c) construção de uma sociedade solidária.
- d) defesa da paz.
- e) dignidade da pessoa humana.

7. (VUNESP – 2019) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que constitui, entre outros, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) garantir o desenvolvimento nacional.
- b) preservar a dignidade da pessoa humana
- c) respeitar a soberania dos Estados-Membros.
- d) garantir a previdência social.
- e) conceder asilo político.

8. (VUNESP – 2019) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que o repúdio ao terrorismo e ao racismo é considerado

- a) uma garantia constitucional e um direito e dever individual que alicerça o Estado Democrático de Direito.
- b) um dos fundamentos do Estado Democrático que regem as relações internas e externas da República Federativa do Brasil.
- c) uma garantia constitucional e um direito e dever coletivo que alicerça o Estado Democrático de Direito.
- d) um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- e) o principal fundamento do Estado Democrático de Direito e da República Federativa do Brasil.

9. (VUNESP – 2018) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, todo o poder emana do povo, que o exerce

- a) por meio dos Poderes da União, na promoção do bem comum e das garantias constitucionais.
- b) por meio de representantes eleitos ou indiretamente, por meio de empresas contratadas para este fim.
- c) por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- d) por meio dos Poderes da União, na promoção do bem comum e da independência dos poderes constituídos.
- e) na promoção do bem comum e das garantias e independência dos poderes constituídos.

10. (VUNESP – 2018) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, o singularismo político

- a) está previsto apenas nas hipóteses de exceção.
- b) possui previsão como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) foi incluído por Emenda Constitucional em 2017.
- d) não possui previsão.
- e) possui previsão como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

11. (VUNESP – 2018) É correto afirmar que a concessão de asilo político

- a) está contemplada na Constituição da República Federativa do Brasil como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) não está contemplada na Constituição da República Federativa do Brasil.
- c) está contemplada na Constituição da República Federativa do Brasil como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- d) não está expressamente prevista, mas implicitamente nos princípios constitucionais.
- e) está contemplada na Constituição da República Federativa do Brasil como um dos princípios que regem as relações internacionais.

12. (VUNESP – 2016) De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, entre outros:

- a) a soberania; a cidadania e o pluralismo partidário.
- b) a soberania; a autodeterminação dos povos e a dignidade da pessoa humana.
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a prevalência dos direitos sociais, políticos e individuais e a cidadania.
- d) a soberania; a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) a dignidade da pessoa humana; o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

13. (VUNESP – 2016) No que concerne à Administração Pública, é correto afirmar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 contempla o princípio da separação de poderes em corrente tripartite, que consiste em distinguir três funções estatais, quais sejam:

- a) administração, fiscalização e legislação.
- b) jurisdição, fiscalização e tributação.
- c) legislação, administração e jurisdição.
- d) administração, jurisdição e tributação.
- e) legislação, publicação e administração.

14. (VUNESP – 2016) O artigo 3º da Constituição Federal estabelece os objetivos fundamentais que nortearão as ações do nosso Estado. Assinale a alternativa que contempla um desses objetivos fundamentais.

- a) A soberania.
- b) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A autodeterminação dos povos.
- d) O pluralismo político.
- e) A defesa da paz.

15. (VUNESP – 2016) Conforme dispõe a Constituição Federal em relação aos Princípios Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) A cidadania e a soberania são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.
- b) Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos indiretamente, nos termos da Constituição.
- c) São Poderes da União, dependentes e interligados entre si, o Legislativo e o Judiciário.
- d) Os valores sociais do trabalho e o repúdio ao terrorismo constituem objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural entre os povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

16. (VUNESP – 2016) Nos termos da Constituição Federal de 1988, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- a) promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) atuar pela prevalência dos direitos humanos.
- d) erradicar o pluralismo político.
- e) promover o repúdio ao racismo e ao terrorismo.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/88)

17. (VUNESP – 2018) É correto afirmar que os direitos humanos fundamentais

- a) visam estabelecer condições mínimas de vida e desenvolvimento da pessoa humana.
- b) são aplicáveis tanto a pessoas naturais quanto a pessoas jurídicas.
- c) têm por finalidade a proteção contra o arbítrio das empresas multinacionais.
- d) surgiram após o nascimento da ideia do constitucionalismo.
- e) consistem em instrumentos de legitimação do poder punitivo do próprio Estado e de suas autoridades constituídas.

18. (VUNESP – 2018) Assinale a alternativa que, nos termos da Constituição Federal, apresenta apenas crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

- a) Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; tortura.
- b) Hediondos; racismo.
- c) Terrorismo; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Tortura; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- e) Racismo; ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

19. (VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar.
- c) Aos litigantes, em inquérito policial e processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, inclusive na hipótese de flagrante delito, salvo durante o dia e a noite, por determinação judicial.
- e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

20. (VUNESP – 2014) Perseu, oficial de justiça, foi cumprir mandado de busca e apreensão na residência de Hércules. Tendo chegado à casa de Hércules às 20 horas para cumprir a ordem judicial, este não permitiu que Perseu entrasse em sua residência. Considerando esses fatos, bem como o que dispõe a Constituição Federal sobre a inviolabilidade do domicílio, é correto afirmar que

- a) Perseu não poderia, realmente, adentrar ao domicílio de Hércules naquele horário, já que o domicílio somente pode ser penetrado, à noite, sem o consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
- b) a negativa de Hércules baseia-se na regra de que o domicílio é absolutamente inviolável, não podendo ser penetrado, sem o consentimento do morador, de dia ou de noite, em qualquer hipótese.
- c) Hércules não poderia impedir a entrada de Perseu em sua casa naquele horário, tendo em vista que este estava de posse de um mandado judicial.
- d) a Constituição não autoriza que o domicílio seja penetrado, sem o consentimento do morador, para cumprir uma ordem judicial, seja de noite ou de dia.
- e) Perseu poderia, legalmente, adentrar na residência de Hércules, ainda que sem o seu consentimento, para cumprir o mandado judicial naquele horário.

21. (VUNESP – 2014) O texto constitucional dispõe que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social. Nessa hipótese, ressalvados os casos previstos na própria Constituição, o proprietário do bem desapropriado terá direito

- a) à indenização a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
- b) a receber indenização em créditos de impostos.
- c) à justa e prévia indenização em dinheiro.
- d) a receber do poder público outro bem de igual valor.
- e) à indenização em dinheiro a ser paga somente após cinco anos da transferência do bem para o poder público.

22. (VUNESP – 2014) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, dentre outros requerentes, por

- a) qualquer pessoa.
- b) partido político com representação no Congresso Nacional.
- c) Juiz.
- d) cidadão brasileiro.
- e) Promotor de Justiça.

23. (VUNESP – 2014) Segundo a Constituição Federal, para que alguém seja considerado culpado é suficiente

- a) condenação recorável do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- b) sentença judicial criminal de primeira instância recorável.
- c) decisão unânime do tribunal do júri da qual ainda caiba recurso.
- d) denúncia do Ministério Público recebida pelo Poder Judiciário.
- e) sentença penal condenatória transitada em julgado.

24. (VUNESP – 2014) O remédio constitucional que tem por objetivo tutelar o direito de locomoção é o(a)

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) ação popular.
- d) *habeas corpus*.
- e) *habeas data*.

25. (VUNESP – 2014) No direito brasileiro, é vedada a pena de

- a) suspensão ou interdição de direitos.
- b) perda de bens.
- c) trabalhos forçados.
- d) privação da liberdade.
- e) restrição da liberdade.

26. (VUNESP – 2014) É livre a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas que independem de autorização, sendo ainda, consoante o inciso XVIII do artigo 5.º da CF, vedada quanto a seu funcionamento a

- a) natureza de caráter paramilitar.
- b) suspensão das atividades.
- c) obrigação de permanecer associado.
- d) dissolução compulsória.
- e) interferência estatal.

27. (VUNESP – 2014) Conforme reza a Constituição da República, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é do(a)

- a) juizado especial federal.
- b) júri.
- c) Juiz criminal de primeira instância.
- d) justiça militar.
- e) Ministério Público.

28. (VUNESP – 2014) A Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” Esse é o denominado princípio constitucional do(a)

- a) moralidade.
- b) legalidade.
- c) isonomia.
- d) lealdade.
- e) igualdade.

29. (VUNESP – 2014) No que se refere à liberdade religiosa, é correto afirmar que a Constituição Federal

- a) não estabelece qualquer regra sobre essa matéria, permitindo total e irrestrita liberdade de religião.
- b) estabelece a proteção a todas as religiões de forma irrestrita e impede que o Estado exerça qualquer tipo de fiscalização sobre os locais de culto.
- c) protege e assegura toda e qualquer manifestação religiosa, sendo a religião Católica Apostólica Romana considerada a religião oficial do Estado brasileiro.
- d) assegura o livre exercício dos cultos e garante, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- e) assegura a proteção às manifestações religiosas, devendo o Estado fomentar as religiões e subsidiar os templos e locais de culto.

30. (VUNESP – 2013) Assinale a alternativa cujo conteúdo se encontra em consonância com o texto expresso da Constituição Federal brasileira.

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de expressa autorização do poder público, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento quando necessária para resguardar a segurança da sociedade e do Estado.
- b) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo quando expressamente autorizadas pela autoridade policial ou judiciária.
- c) Na hipótese de prisão em flagrante ou decorrente de mandado judicial, o preso será obrigatoriamente submetido à identificação criminal, mesmo que identificado civilmente.
- d) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou de decreto do Poder Executivo.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

31. (VUNESP – 2013) Assinale a alternativa cujo texto esteja em consonância com as disposições constitucionais no que respeita aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- c) Por crime político ou de opinião, será concedida a extradição de estrangeiro.
- d) É plena a liberdade de associação, para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- e) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, na dependência de prévia censura ou licença.

32. (VUNESP – 2022) Suponha que João cometeu um crime e após o trâmite regular do processo foi considerado culpado e, consequentemente, condenado a cumprir pena. De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, é **correto** afirmar que a pena imputada a João poderá ser de

- a) morte, caso ele tenha cometido crime hediondo.
- b) caráter perpétuo, caso ele tenha cometido crime de racismo.
- c) trabalhos forçados.
- d) interdição de direitos.
- e) banimento.

33. (VUNESP – 2022) Assinale a alternativa que reflete dispositivo constitucional diretamente vinculado à chamada “garantia à liberdade de expressão”:

- a) “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.”
- b) “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.”
- c) “é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.”
- d) “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos.”
- e) “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.”

34. (VUNESP – 2021) Aparecido de Souza é praticante de tiro esportivo e entusiasta do direito ao porte de armas. Certo dia, Aparecido tem a ideia de organizar, por meio das redes sociais e sem comunicação prévia às autoridades, manifestação, no centro da sua cidade, para angariar apoio à criação de uma associação civil, a ser formada por praticantes de tiro esportivo, com o objetivo de servir como força de segurança alternativa às forças policiais e militares do Estado brasileiro. Os manifestantes estão sendo convidados a comparecer armados à manifestação. Sobre essa situação hipotética e com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) é plena a liberdade de associação, motivo pelo qual as autoridades não podem se opor à realização da referida manifestação, ainda que sejam contrários às reivindicações.
- b) as autoridades não poderão se opor à realização da manifestação, pois a Constituição assegura o direito de reunião em local público.
- c) a segunda emenda à Constituição assegura o direito a todo cidadão ao porte de arma de fogo, motivo pelo qual não pode ser impedida a manifestação convocada.
- d) é necessária prévia autorização das autoridades públicas para a realização de manifestação em local público, ainda que a manifestação seja pacífica, motivo pelo qual a manifestação não poderá ser realizada.
- e) a garantia constitucional à livre associação não alcança as associações de fins ilícitos, sobretudo as de caráter paramilitar.

35. (VUNESP – 2021) Assinale a alternativa que contempla hipótese de crime para o qual a Constituição Federal não veda o arbitramento de fiança.

- a) Crime hediondo.
- b) Crime doloso contra a vida.
- c) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) Prática do racismo.

36. (VUNESP – 2021) Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa que aponta uma situação que, em tese, viola um dos direitos ou garantias individuais do cidadão brasileiro.

- a) Ordem emanada de juiz que determina à polícia que seja efetuada a escuta telefônica de réu em processo civil de reparação de danos.
- b) Ordem de prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- c) Policial, sem mandado judicial, adentra em domicílio, durante a noite, sem consentimento do morador, para efetuar prisão em flagrante.
- d) Mandado judicial de prisão cumprido por policiais civis às 9h00 dentro da residência do réu.
- e) Suspensão das atividades de associação civil, de fins lícitos, por decisão judicial, em caráter liminar.

37. (VUNESP – 2020) O artigo 5º, inciso LXI da Constituição Federal determina que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada

- a) de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) do Delegado de Polícia ou do Juiz competente.
- c) do Ministério Público competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- d) de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) das autoridades policiais Cíveis, Militares e Federal, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

38. (VUNESP – 2019) Considere o seguinte caso hipotético: Policiais Militares de serviço, durante o policiamento, cumprindo determinação judicial, no período noturno, adentram, sem o consentimento do morador, uma determinada casa e realizam a sua prisão. Diante dessa situação e nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a atuação dos Policiais Militares está

- a) incorreta, pois para adentrar uma casa, a polícia sempre necessitará do consentimento do morador.
- b) correta, pois os policiais militares, cumprindo determinação judicial, poderão sempre adentrar uma casa.
- c) incorreta, pois os policiais militares poderiam adentrar a casa, sem o consentimento do morador e por determinação judicial, somente durante o dia.
- d) incorreta, pois para adentrar uma casa, a polícia sempre necessitará do consentimento do proprietário, mesmo possuindo determinação judicial.
- e) correta, pois os policiais adentraram a casa cumprindo determinação judicial e efetuaram a prisão do morador.

39. (VUNESP – 2019) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela poderá penetrar

- a) sem o consentimento do proprietário, salvo, entre outros casos, por determinação judicial, em qualquer período do dia ou da noite.
- b) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, na hipótese de flagrante delito.
- c) com ou sem o consentimento do morador, havendo sempre necessidade de autorização do proprietário.
- d) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, acompanhado do Delegado de Polícia.
- e) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, durante a noite com determinação judicial.

40. (VUNESP – 2019) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- b) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- c) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento de obrigações tributárias.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- e) A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.

41. (VUNESP – 2019) A Constituição da República Federativa do Brasil considera, entre outros, crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão,

- a) a prática do racismo.
- b) a tortura.
- c) o tráfico ilícito de entorpecentes.
- d) o terrorismo
- e) o crime hediondo.

42. (VUNESP – 2019) Segundo a disciplina prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acerca da propriedade, assinale a alternativa correta.

- a) A propriedade é direito absoluto, não havendo a previsão da possibilidade de desapropriação.
- b) Não há a previsão de hipótese de utilização da propriedade particular pelo poder público.
- c) Não há a proteção da pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, com relação à penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) É garantido o direito de propriedade, estabelecendo a Constituição que ela atenderá a sua função social.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não havendo previsão de indenização ao proprietário.

43. (VUNESP – 2019) Nos termos da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, nos termos seguintes:

- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, decreto ou qualquer ato administrativo devidamente publicado.
- b) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato quando versar sobre publicação na imprensa.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo na hipótese de as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer hipótese, por ordem judicial, na forma que a lei estabelecer para fins de investigação civil, criminal, administrativa ou instrução processual penal.

44. (VUNESP – 2019) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, exigindo-se, para tanto, autorização prévia do poder público.
- c) é plena a liberdade de associação para quaisquer fins, vedada a de caráter paramilitar.
- d) a lei penal e a processual penal somente poderão retroagir para garantir o direito adquirido da vítima.
- e) todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, mesmo na hipótese de o sigilo ser imprescindível à segurança da sociedade.